RACIONALIDADE E ÉTICA NA ESFERA DO MERCADO: EM BUSCA DE INTERSTÍCIOS COM O ESTADO E A SOCIEDADE NA PROVISÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Autoria: Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Resumo

O artigo, de natureza teórica, discute possibilidades de aproximação compreensiva sobre o fenômeno da construção da racionalidade e da ética entre atores da esfera do mercado, de forma a se problematizar o campo de intervenção das políticas sociais, entendido como espaço de superposição entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. Essa perspectiva se torna mais relevante ainda com a ampla difusão, nos últimos anos, de um discurso sobre Responsabilidade Social Empresarial, que vem acompanhado de um apelo à aproximação entre sociedade civil e Estado na oferta de serviços sociais. A discussão aponta a necessidade de se construir novas perspectivas explicativas que ultrapassem concepções tradicionais dicotômicas que, ao invés de ajudar a penetrar na discussão sobre a construção de racionalidades, leva à se distanciar da complexidade que marca os encontros e desencontros entre Estado, mercado e organizações da sociedade civil nas políticas sociais.

Introdução

A discussão sobre a provisão de políticas sociais implica no pensar e repensar as interações que se estabelecem entre sociedade, Estado e mercado, não só porque podem se constituem em componente fundamental na construção respostas efetivas aos problemas sociais, mas também porque várias das alternativas de ação desenvolvidas situam-se nessas esferas, nos seus contínuos ou nos seus interstícios. No debate também aparecem diferentes correntes interpretativas sobre a natureza e o papel dos sistemas econômicos e mercados, sociedade civil e Estado e sobre a racionalidade e os fundamentos morais que guiam a postura e ação dos atores que os compõem. Como nos embates sobre os problemas sociais, algumas dessas correntes situam-se em pólos opostos e defendem não só diferentes modelos analíticos, mas formas variadas de organização da vida em sociedade. Assim como a idéia de modernização da provisão de políticas sociais, as concepções sobre a natureza do mercado e da sociedade e a racionalidade de seus atores é caracterizada por divergências teórico-conceituais, tanto dentro das narrativas intrínsecas ao campo econômico, quanto nas interpretações de outros campos de conhecimento, como a ciência política, a sociologia e a filosofia política.

É bastante usual se encontrar concepções dicotômicas entre mercado e sociedade, bem como entre interesses e posturas morais dos atores econômicos, no entendimento e no discurso de lideranças políticas, empresariais e de movimentos sociais, ainda que em muitos casos o seu reconhecimento seja velado ou apenas implícito. Pode-se encontrar no rol de iniciativas de desenvolvimento social desde ações promovidas por empresas, guiadas pela lógica competitiva dos mercados (Porter & van der Linde, 1995), até ações que defendem e tentam promover novas formas de organização do trabalho e geração de bens e serviços sob a égide de relações cooperativas e solidárias (Singer, 2000; Alier, 1998; Gaiger, 1998; Corragio, 1993), além de políticas ambientais da esfera governamental que buscam difundir novas formas de cidadania socioambiental (Jacobi, 2005; Portilho, 2005; Paraíso, 2005; Guivant, 2003; Silva-Sánchez, 2000). É fundamental se entender por onde caminham as concepções e posturas dos atores sociais e econômicos, bem como as correntes explicativas que abrem chaves importantes tanto para a compreensão dessas práticas, quanto das relações que estabelecem no âmbito do mercado e da sociedade civil e entre atores dessas duas esferas tendo como objeto a modernização da provisão de políticas sociais.

Muito além do Jardim: em busca da ruptura de mitificações sobre a racionalidade dos atores no mercado

Lévesque (2007) afirma que o pensamento econômico tradicional, fundado nos pressupostos de equilíbrio geral do livre mercado, na centralidade das transações econômicas na estruturação dos processos sociais e na racionalidade maximizadora e auto-interessada dos atores econômicos, encontra sérias limitações explicativas e é incapaz de colocar de maneira consistente a "questão do desenvolvimento sustentável no centro das preocupações" (p. 50). Sen (2000) defende a urgência de um exame crítico do que chama de "preconceito e atitude político-econômica tradicional" em favor do mecanismo de livre mercado, que precisariam ser parcialmente rejeitados e analisados não a partir de "alguma forma grandiosa geral" que justificaria "submeter tudo ou negar tudo ao mercado" (p.148-149). Como argumenta Abramovay (2004), não se trata de "diabolizar" o mercado, instituição que ocupa lugar central no capitalismo, nem tampouco remeter a ele o caráter de "solução universal, mágica, a todo e qualquer problema da coordenação humana em sociedades descentralizadas" (p.13). Para os autores e também Fonseca (1993), esse seria um dos caminhos para se resgatar a inserção das preocupações e discussões éticas nos estudos econômicos, lembrando-se que o desenvolvimento sustentável exigiria além de uma nova economia, também a construção de uma nova ética por parte dos atores econômicos e sociais (Pelizzoli, 2002; Leff, 1998).

Diferentes lógicas de ação ou tentativas de justificação das formas para redução de incertezas nas interações sociais foram idealizadas ao longo do pensamento humano. Para a Boltanski & Chiapello (2002), essas lógicas podem ser representadas por metáforas com relação à cidade, sendo o mercado mais uma das formas de organização, dentre várias outras criações sociais, cuja constituição e legitimação é relativamente recente. Apesar de na contemporaneidade outras metáforas se apresentarem, como a da Cidade de Projeto, cujo princípio organizativo seria baseado em conexões e redes, o status do mercado como vetor estruturador de racionalidades e lógicas de ação ainda é central em vários campos de conhecimento, sobretudo na ciência econômica dominante. No quadro abaixo, são sintetizadas algumas interpretações sobre as lógicas de ação social encontradas entre diferentes perspectivas de análise, segundo Lévesque (2007).

Obra	Autor	Metáfora Social	Princípio
A cidade de Deus	Santo Agostinho	Cidade da Inspiração	Graça
A política extraída das próprias palavras da Sagrada Escritura	Bossuet	Cidade Doméstica	Dependência pessoal
O Leviatã	Hobbes	Cidade da Opinião	Honra
Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações	Adam Smith	Cidade Mercantil	Posse de bens raros
Contrato Social	Rousseau	Cidade Cívica	Bem comum
Da fisiologia social	Saint-Simon	Cidade Industrial	Eficácia
O novo espírito do capitalismo	Boltanski & Chiapello	Cidade de Projeto	Conexão e Redes

Quadro 1 - Lógicas de ação e princípios de agregação social
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lévesque (2007, p. 54).

Apesar das interpretações concorrentes sobre a racionalidade dos atores em sociedade, a visão que se tornou dominante na teoria econômica, cuja uma das maiores expressões é a teoria neoclássica, baseia-se no pressuposto de que a interação livre e/ou espontânea entre os atores econômicos é capaz de produzir resultados socialmente e ambientalmente relevantes e que quaisquer bloqueios a essa dinâmica, quer seja por fatores de natureza política, cultural ou ideológica, implicariam em falhas de mercado e, em conseqüência, ineficiências prejudiciais não só ao funcionamento da economia, mas da própria sociedade (Abramovay, 2004). Segundo os adeptos dessa corrente, um dos precursores de tal concepção seria justamente aquele que é considerado o fundador das Ciências Econômicas, Adam Smith, com sua defesa do livre mercado. O apoio à livre atuação e negociação nos mercados, mesmo em sua expressão mais incisiva e radical com o neoliberalismo, não raras as vezes recorre ao pensamento smithiano para justificar não só o livre mercado, mas também a postura moral que se estabelece dentro das relações no mercado, concebida como modelo também para a organização política e social (Cohen & Arato, 1994). No entanto, tais teses são refutadas por diferentes autores, incluindo Sen (2000), Fonseca (1993), Hirchman (1993) e Aktouf (2004). Os problemas em torno de tais pressupostos se baseiam não só numa compreensão equivocada dos escritos do "pai da economia", como também e principalmente do entendimento da lógica de ação dos atores em sociedade e nos mercados, aspecto relevante para se entender processos nos quais empresas e organizações do Terceiro Setor estabelecem canais de diálogo e conflito sobre problemas sociais.

Segundo Fonseca (1993), Smith nunca comungou dos princípios rígidos do liberalismo doutrinário dos fisiocratas, apresentando um pensamento mais flexível e menos dogmático quanto ao *laissez-fair*, e "jamais flertou com a idéia de um possível (e desejável) desaparecimento do Estado" (p.124). Para o economista escocês, o exercício da autoridade política seria imprescindível em três funções básicas, a segurança externa, a administração da justiça e a provisão de bens públicos. Cabe ressaltar que o meio ambiente é entendimento por diferentes autores como um bem público, de caráter difuso (Portilho, 2005; Jacobi, 2005; Barbieri, 1997; Silva-Sánchez, 2000) e que conforme argumenta Sen (2000), "a base racional do mecanismo de mercado está voltada para os bens privados e não para os bens públicos, sendo possível mostrar que pode haver boas razões para o fornecimento de bens públicos, indo além do que os mercados privados promoveriam. (...) Defesa, policiamento e proteção ambiental são algumas das áreas às quais se aplica esse tipo de raciocínio." (p. 153-154)

As preocupações de Adam Smith em defender o livre mercado residiriam em evitar que o reconhecimento dos benefícios da autoridade em certas áreas da vida em sociedade não ofuscasse seus limites, problemas e riscos em outras esferas, sobretudo na economia (Fonseca, 1993). Para Sen (2000), a oposição de Smith às restrições de mercado pode ser entendida, de forma ampla, como de natureza "pré-capitalista", ou seja, centrada na preocupação em combater os interesses de alguns em proteger lucros artificialmente elevados frente aos riscos da concorrência: "Smith procurou demonstrar que os interesses adquiridos tendem a vencer porque "conhecem melhor seus próprios interesses" - e não porque "conhecem o interesse público" (p. 147). Portanto, nos pressupostos smithianos está implícita a idéia de que mecanismos de livre mercado podem ser condizentes com os interesses públicos, quando comparados a situações nas quais interesses privados levam a restrições de livre concorrência. No entanto, isso não implica na defesa absoluta do livre mercado e da racionalidade auto-interessada dos atores econômicos em toda e qualquer situação ou como modelo abstrato de organização da vida em sociedade.

Ao contrário da visão distorcida e idealizada sobre Smith com relação à defesa intransigente do livre mercado, há claras referências em sua obra quanto à necessidade de restrições legais sobre a taxa de juros máxima que poderia ser cobrada e a condenação dos

perdulários, considerados por ele como "inimigos públicos", e dos "empresários imprudentes", que seriam movidos pela "paixão do desfrute presente":

> "Se o exemplo do açougueiro, cervejeiro e padeiro nos leva a atentar para o papel mutuamente benéfico do auto-interesse, o argumento dos perdulários e empresários imprudentes mostra a possibilidade de que, em certas circunstâncias, as motivações do lucro privado podem realmente ser contrárias aos interesses sociais. (...) Esse é, em grande medida, o principal receio quando se considera a perda social envolvida, por exemplo, nas produções privadas que acarretam desperdício ou poluição do meio ambiente e que se ajustam bem à descrição feita por Smith da possibilidade de "alguma diminuição no que, de outro modo, teriam sido os fundos produtivos da sociedade" (Sen, 2000, p. 150-151)

Para Fonseca (1993), outra característica do pensamento de Smith que foi desvirtuada ao longo da evolução do pensamento econômico é a idéia de que a postura e a ação auto-interessada ou egoísta dos indivíduos deveria ser o motor das interações sociais e de mercado. O pressuposto de que vícios privados (comportamentos auto-interessados ou egoístas) levariam a "benefícios públicos", presente na "Fábula das Abelhas" de Mandeville, passou a fundamentar o liberalismo radical de vários autores fisiocratas, encontrando eco nos dias atuais em economistas como Friedman (1970), segundo o qual a responsabilidade social nos negócios desvirtuaria os empresários de sua busca incessante de lucros, mitigando esse mecanismo que seria responsável pela geração de eficiências para outras esferas da vida e cujo centro de irradiação seria os mercados. Smith, apesar de reconhecer que a "grande massa humana" é movida pelo desejo de melhorar de condição material, "jamais confundiu o desejado e o desejável. (...) Embora tolerável do ponto de vista moral, e sob muitos aspectos surpreendentemente benéfico para o conjunto da sociedade, o auto-interesse econômico do indivíduo estava longe de ser uma coisa admirável. (...) e sempre foi visto, por Adam Smith, com uma "corrupção dos nossos sentimentos morais". (Fonseca, 1993, p. 132-133).

Conforme argumentam Sen (2000) e Irchman (1993), o pensamento smithiano pressupõe bases morais para o funcionamento da economia de livre de mercado, ou melhor, como destaca Fonseca (1993, p.95), que a "economia se ergue sobre a infra-estrutura ética". Essa parece ser a orientação de uma série de estudos no campo da economia política que, apesar de não conseguir fazer frente ao status de *mainstream* do pensamento econômico neoclássico, tenta resgatar a discussão dos fundamentos morais dos sistemas econômicos.

Ética na Esfera do Mercado: controvérsias e perspectivas

Dentro da tradição de estudos sobre ética e economia, uma noção que se difundiu foi a de que é possível compatibilizar capitalismo e ética, sendo que os desdobramentos dessa relação trariam muitos benefícios, tanto de natureza social quanto econômico-produtiva, tendo como exemplo mais significativo as experiências das economias capitalistas do leste asiático (Kurz, 1997). Outro argumento que reforçaria essa tese viria da observação da trajetória histórica das economias capitalistas centrais, através das quais se constataria que o capitalismo se instaurou e se dinamizou com maior pujança nos países nos quais surgiram regras morais bastante rígidas, que coibiram o egoísmo exacerbado (Fonseca, 1993). A chamada "ética protestante", pautada na valorização do trabalho e da realização material, mas também em códigos de conduta rígidos, teria se constituído em um dos principais fatores para o desenvolvimento do sistema capitalista nos países da Europa Ocidental (Weber, 1994). O mesmo poderia ser encontrado em economias asiáticas, com destaque para a experiência japonesa (Fonseca, 1993).

Para alguns autores de orientação marxista, como Kurz (1997), os vínculos entre ética e economia no capitalismo seriam frágeis e mascarariam as relações estruturais de exploração e alienação do trabalhador, intrinsecamente antiéticas. Para o autor, a chamada "infra-estrutura moral" faz-se relevante no período de surgimento e consolidação da dinâmica capitalista nas sociedades. Nessa fase, a necessidade de regras básicas e universais de postura e ação se faz mais intensa, de forma a garantir confiabilidade entre os atores econômicos. A partir do momento em que a lógica capitalista se consolida e passa a balizar as ações e percepções dos atores econômicos, rompendo laços feudais, agrários, arcaicos e pré-capitalistas, instara-se mais consistentemente a dinâmica de mercado e as transações e interações decorrentes das trocas econômicas. Para o autor, com a consolidação de estruturas capitalistas avançadas, os imperativos da "infra-estrutura moral" não se fariam mais tão necessários. As manifestações na cultura e sociedade asiáticas contemporâneas de apego a uma ética de origem confuciana, marcada pela valorização do trabalho, da disciplina e da dedicação, seriam decorrentes justamente do caráter tardio de consolidação do capitalismo em países como o Japão e os chamados Tigres Asiáticos.

Segundo Fukuyama (2000), a sociedade de mercado "*prejudica e fortalece simultaneamente os relacionamentos morais*" (p. 262), demandando e criando novas bases morais, ao mesmo tempo em que corrói estruturas sociais e valores culturais arcaicos ou que se chocam com a livre circulação de indivíduos e mercadorias no capitalismo. Nessa ótica, ao mesmo tempo que práticas como o consumismo e o individualismo se ampliariam com a expansão do capitalismo, o respeito às liberdades individuais e aos direitos civis também se difundiria entre as sociedades.

Por sua vez, Piore (1998) afirma que duas lógicas parecem estar em jogo nas transformações produtivas atuais: uma ligada à esfera da valorização financeira do capital e outra aos processos produtivos e comerciais de acumulação capitalista. Isso é o que leva Albert (1992) a afirmar que o sistema mundial vive um conflito intrínseco entre dois modelos de capitalismo: o Financeiro e o Produtivo, tese que também é defendida por Aktouf (2004). Menos dependente da "infra-estrutura moral", devido à sua volatilidade, o Capitalismo Financeiro poderia se dinamizar inclusive através de crises cíclicas de credibilidade das economias, ao passo que no Capitalismo Produtivo a incapacidade de realocação rápida de investimentos implicaria em maior dependência das empresas com relação a comunidades locais, culturas regionais e governos nacionais, bem como em relação à imagem de credibilidade e moralidade dos atores das economias em que estão inseridas.

Ainda que as discussões sobre ética e economia apontem para novas compreensões das interações entre empresas, governos e sociedade, autores como Lévesque (2007) advogam a necessidade de se ultrapassar os modelos explicativos inerentes às ciências econômicas, promovendo uma aproximação mais profunda com outros campos de conhecimento ou mesmo a fundação de um novo campo de conhecimento. Isso permitiria se entender de forma mais consistente os processos nos quais atores do mercado (empresas) e da sociedade civil (organizações do Terceiro Setor) estabelecem interações em torno de agendas responsáveis: "(...) a economia social fornece alguns princípios e regras que poderiam estabelecer um ponto de partida para se pensar de forma realista o desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente responsável." (Lévesque, 2007, p. 58).

Para Abramovay (2004), a crítica aos pressupostos tradicionais da economia não pode resultar apenas na incorporação de elementos sociais e políticos como variáveis exógenas ao modelo compreensivo, como o fazem até mesmo os esquemas interpretativos de equilíbrio geral da economia neoclássica, mas deve levar a uma nova compreensão dos próprios elementos constitutivos do que se concebe sobre a natureza e o funcionamento dos mercados e da sociedade. Por outro lado, como aponta Lévesque (2007), "(...) a crítica da ciência econômica pela sociologia de inspiração durkheiminiana, ou inversamente, da sociologia pela

ciência econômica apenas conseguiram banalizar ambas. Tal operação teórica apenas interpreta uma "cidade" – a mercantil – no caso da ciência econômica, por uma outra, a "cidade cívica", no caso da sociologia durkheiminiana" (p. 54). Assim, trata-se de engendrar um construto interpretativo capaz de se contrapor às dicotomias mercado e sociedade, competição e solidariedade, ação auto-interessada e altruísmo, substituindo-as por modelos analíticos que partem do princípio de que as ações e interesses dos atores econômicos são socialmente construídos, o que permitiria um entendimento mais profundo das interações entre agentes tradicionalmente associados aos mercados, como as empresas privadas, com organizações da sociedade civil, como as que compõem o Terceiro Setor.

Abramovay (2004) argumenta que os estudos sob essa matriz teórica podem fazer frente a um verdadeiro "imperialismo econômico" na compreensão das posturas e dos atores no mercado, ultrapassando fronteiras disciplinares e permitindo uma melhor compreensão da constituição dos mercados como processos sociais. Para o autor, não cabe apenas questionar a racionalidade ampla e auto-interessada dos atores nos sistemas econômicos, negando ou nuançando os pressupostos de auto-interesse ou egoísmo como únicos e inerentes à postura e ação dentro dos sistemas econômicos, mas a própria concepção dos mercados como fenômenos com dinâmica própria, diferenciada e distante das outras esferas da vida em sociedade: "a racionalidade dos atores pode ser condição necessária, mas nem de longe suficiente para a ação, pois a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente (...)." (p.2).

Novos olhares a partir da Nova Sociologia Econômica

Segundo Lévesque (2007) seria preciso romper o pressuposto de que as atividades econômicas, inclusive das empresas privadas, resumem-se às trocas mercantis, ampliando o entendimento de formas de relacionamento e interação entre atores que são fundadas em outras dinâmicas sociais: "(...) o campo das práticas econômicas é ampliado para incluir não somente as atividades mercantis, mas igualmente as atividades não mercantis (a redistribuição) e não monetárias (a reciprocidade) (...)" (p. 52). Para o autor, isso se viabiliza com mais consistência através de uma série de correntes de investigação que compõem a chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), capazes de oferecer alternativas de interpretação sobre a natureza dos mercados e suas interações com a sociedade e o governo, bem como sobre a racionalidade dos atores econômicos.

Possibilidades explicativas de vários fenômenos ligados ao desenvolvimento sustentável podem ser encontradas na Nova Sociologia Econômica segundo Lévesque (2007). Como exemplos, pode-se enumerar desde estudos a partir do paradigma da dávida (Caillé, 2002; Martins, 2002; Godbout & Caillé, 1999), voltados à discussão sobre solidariedade intra e intergeracional e práticas de voluntariado, tão propaladas por ONGs ambientais e até mesmo empresas, até discussões sobre economia plural cujo foco são as formas cooperativas de organização da produção, que se apresentam em vários empreendimentos de uso sustentável de recursos naturais e na chamada produção orgânica (França Filho & Laville, 2004; Alier, 1998). Além disso, temas como governança de empresas se constituem em objeto de investigação de várias outras correntes da NSE, quer seja sob a ótica do novo do neocorporativismo. Para Lévesque (2007), essa corrente da NSE "(...) reconhece a multiplicidade das lógicas de ação (...) o cálculo dos próprios interesses é acompanhado de outras motivações muitas vezes mais fortes e que provêm da moral, da obrigação, da emoção, da confiança e dos laços sociais. (...) essa abordagem responde em grande parte a uma forte demanda de ética nos negócios e, mais amplamente, na sociedade. (p. 57)"

As correntes que compõem a Nova Sociologia Econômica, apesar de suas diferenças interpretativas, comungam da concepção de que "os mercados não são entes abstratos, neutros e impessoais que a tradição "engenheira" – em oposição à tradição ética – da ciência

econômica quis deles fazer" (Abramovay, 2004, p.8). Além disso, permitem a inserção da discussão sobre questões éticas e suas variantes modernas, como a Responsabilidade Social Empresarial, o controle social sobre instituições, a transparência e o envolvimento de partes interessadas dentro de lógicas explicativas que não se resumem ao econômico, mas dialogam mais profundamente com o político e o social.

Quando Mercados, Estado e Sociedade se encontram na provisão de políticas sociais

Segundo Vieira (2001), três narrativas básicas sobre o papel do Estado quanto às políticas sociais podem ser enumeradas. A primeira delas, de caráter "estadocêntico", compreende o bem-estar social e a formulação e implementação de políticas públicas como função intransferível do Estado. Em oposição, apresenta-se a visão "mercadocêntrica", a qual entende que devem ser transferidas para organizações privadas as funções sociais, providas com maior eficiência e otimização de recursos através das dinâmicas do mercado. Por fim, o autor apresenta a perspectiva "sociocêntrica", para a qual o papel do Estado seria reconfigurado a partir da dinâmica dos atores da sociedade civil na esfera pública.

Morales (1999), partindo de concepção semelhante, afirma que a primeira formulação ("estadocêntrica") não consegue responder adequadamente a uma das crises enfrentadas pelo Estado, a de governança, ainda que paradoxalmente tente fazer frente a ela com mais veneno do próprio veneno. Os desafios de governança se apresentariam justamente pela emergência de diferentes movimentos sociais, impulsionados à esfera pública por fenômenos econômicos, sociais, políticos, culturais e informacionais (DINIZ, 1996). Segundo Vieira (2001), isso exigiria do Estado respostas em termos de políticas públicas mais plurais e participativas, através da flexibilização de sua máquina, descentralização de funções, transferência de responsabilidades e alargamento do universo de atores envolvidos nas políticas. Tal tarefa, segundo o autor, dificilmente se realizaria a partir de uma perspectiva centrada no Estado, pois negaria os próprios fundamentos daquilo que pretende ampliar, a governança.

Uma série de autores (CARVALHO, 2008; TENÓRIO, 2002; SANTOS, 2002; VIEIRA, 2001; MORALES, 1999; PEREIRA, GRAU, 1999) comunga do diagnóstico de que a saída através do mercado não cumpriu suas promessas de modernização das políticas públicas, sobretudo na agenda social, tanto nos países desenvolvidos, quanto naqueles em desenvolvimento. Ainda assim, essa perspectiva que Carvalho (2008) denomina de "pensamento liberal renovado" parece ser capaz de arregimentar "corações e mentes" nas múltiplas esferas da vida em sociedade e não apenas no mercado, além de se impulsionar em múltiplas formas de parceria com o Estado, desde as privatizações e terceirizações até as chamadas "parcerias público-privado" (PPPs) (VERNIS et al, 2007; TENÓRIO, 2002; VIEIRA, 2001; PEREIRA & GRAU, 1999; MORALES, 1999).

Opondo o que chama de "desestatização" à alternativa de privatização das funções do Estado na provisão de políticas sociais, Moralles (1999) afirma que nessa terceira perspectiva se manteria o caráter público do serviço, por meio do financiamento estatal das "políticas sociais através de instituições públicas não pertencentes ao Estado nem a esfera pública" (p. 52). Para o autor, o que diferenciaria essa alternativa da simples privatização seria se operar no campo da "publicização", entendida como a transferência para as organizações da sociedade civil de atividades não-exclusivas do Estado. No entanto, é preciso se discutir mais detidamente dois aspectos quanto à essa perspectiva de "publicização".

Primeiro, cabe destacar que as relações de colaboração entre governo e organizações da sociedade civil não se resumem ao financiamento de serviços sociais, podendo ser encontradas configurações de relacionamento não litigioso com o Estado. Além disso, o financiamento de serviços sociais pelos governos exigem, conforme argumentam Vernis et al (2007, p. 37) que "*(...)para assegurar una buena asociación entre lo público e lo privado, se necesita de una normativa clara que regule las concesiones de obras públicas, los contratos*

públicos, la concesión de subvenciones, etc". No entanto, por causa desses requisitos de interação, pode-se caminhar para cenários nos quais não seja alcançada a desejada "desestatização", visto que haveria o risco de perdurarem concepções estadocêntricas no relacionamento, sob a argumentação de melhor e maior controle sobre o dinheiro público utilizado por atores não-governamentais. Pesquisas em realidades distintas em diferentes países apontam que essa não é um fenômeno de importância secundária nas relações de parceria entre Estado e sociedade civil organizada, que em muitos casos levam as partes a procurarem desenvolver relacionamentos de colaboração não formalizados, conforme argumenta Nagam (1996).

Em segundo lugar, não bastaria apenas melhorar a provisão de políticas sociais sob o ponto de vista da eficiência gerencial estrita, nem tão pouco assumir como pressuposto que a sociedade civil é composta por atores homogêneos com forte vinculação com o interesse público.

Para Vieira (2001), um aspecto relevante nessa forma de relacionamento seria "harmonizar o interesse público com a eficácia administrativa", pois "a produção de bens e serviços no setor público não-estatal torna-se mais eficiente do que no setor estatal ou privado" (p. 82). O recurso à idéia de interesse público remete necessariamente às discussões sobre esfera pública. Através delas pode-se descortinar aquilo que parece ser outro equívoco relevante nas análises sobre o papel das organizações da sociedade civil na modernização das políticas públicas em grande parte da literatura gerencial dedicada ao tema: assumir que o simples fato de haver interações colaborativas entre Estado e sociedade civil já indicaria avanço na construção da esfera pública, na ampliação da cidadania e, portanto, também na provisão de políticas sociais. É necessário se refletir sobre qual sociedade civil se fala quando entram em discussão as parcerias entre atores de mercado, do Estado e da sociedade civil e de qual modelo ideal de sociedade se espera ao discutir a presença e relações entre essas esferas na sociedade. Nesse espaço, a interação entre esferas da vida em sociedade e seus atores não necessariamente levar à sociedade idealizada, sobretudo no campo da ampliação da esfera pública, da cidadania e da provisão de políticas sociais.

Apesar das divergências em termos de fundamentos teórico-conceituais acerca da natureza do Estado, sociedade civil, mercado, esfera pública e privada, bem como acerca da racionalidade dos atores que operam nessas esferas, análises de parcerias envolvendo organizações desses diferentes campos na provisão de políticas e projetos sociais indicam que essas posições podem co-existir dentro de uma mesma realidade. Antes de serem excludentes, elas poderiam ser superpostas, assim como as esferas que demarcam o espaço do Estado, da sociedade civil e do mercado. Variações de postura do Estado com relação às organizações da sociedade civil e do mercado e vice-versa se dariam tanto dentro de uma realidade nacional específica, quanto de uma determinada agenda temática de intervenção social e até mesma com relação à uma mesma organização em diferentes frentes de trabalho colaborativo. (SELSKY, PARKER, 2005; LANDIM, 2002; NAJAM, 2000; COSTON, 1998; NAJAM, 1996)

A melhoria da provisão de serviços sociais pode ser entendida como uma das características que envolvem os direitos sociais, dentro da clássica tipologia desenvolvida por Marshall (1992) para discutir a evolução da noção de cidadania. A análise sobre acesso a direitos e a ampliação da cidadania, mesmo na obra de marshalliana, se faz em paralelo à discussão da capacidade reivindicatória e organizativa de diferentes grupos da sociedade em suas relações com o Estado e o mercado ao longo da trajetória histórica das sociedades.

Nos últimos anos, autores que procuram oferecer novas leituras e interpretações críticas a essa obra seminal, têm discutido a transformação das lutas sociais contemporâneas, que incluiriam novos movimentos sociais, com destaque para as minorias e grupos tradicionalmente excluídos e ou pouco considerados pelas políticas de bem-estar social

(JANOSKI, 1998; SHAFIR, 1998). Além disso, outro aspecto relevante diz respeito à cultura política construída em cada trajetória nacional específica, trazendo novos matizes para a visão marshalliana, criticada por sua noção linear evolutiva dos direitos a partir de uma interpretação centrada na trajetória de países desenvolvidos, ou melhor, da sociedade inglesa (CARVALHO, 2008; SHAFIR, 1998).

Os estudos sobre ampliação de direitos e da cidadania precisariam considerar não só o acesso a direitos, mas também a forma como a sociedade e seus grupos organizados constroem noções de pertencimento, direitos e deveres e se relacionam com as esferas da vida social e os atores que consideram responsáveis pela viabilização dessas conquistas. Apesar de se apresentarem diferentes narrativas sobre as formas de acesso e as instituições e esferas centrais nesse processo de construção da cidadania e provisão de direitos (SHAFIR, 1998; SELIGMAN, 1993), várias discussões indicam que não basta apenas estudar as políticas sociais em si, destacando seus mecanismos de formulação, implementação e avaliação, mas também e, sobretudo, como os indivíduos e as organizações da sociedade civil se relacionam em espaço público em torno dos direitos que pleiteiam e dessas próprias políticas, programas e projetos sociais (CARVALHO, 2008; VIEIRA, 2001). Essa seria uma discussão que remete necessariamente à construção da cidadania. Conforme argumentam Pereira & Grau (1999, p. 38): " o fundamento último do reforço do público não estatal é a construção da cidadania em sua dimensão material e política. Por fim, há que se expressar numa redistribuição do poder político e social."

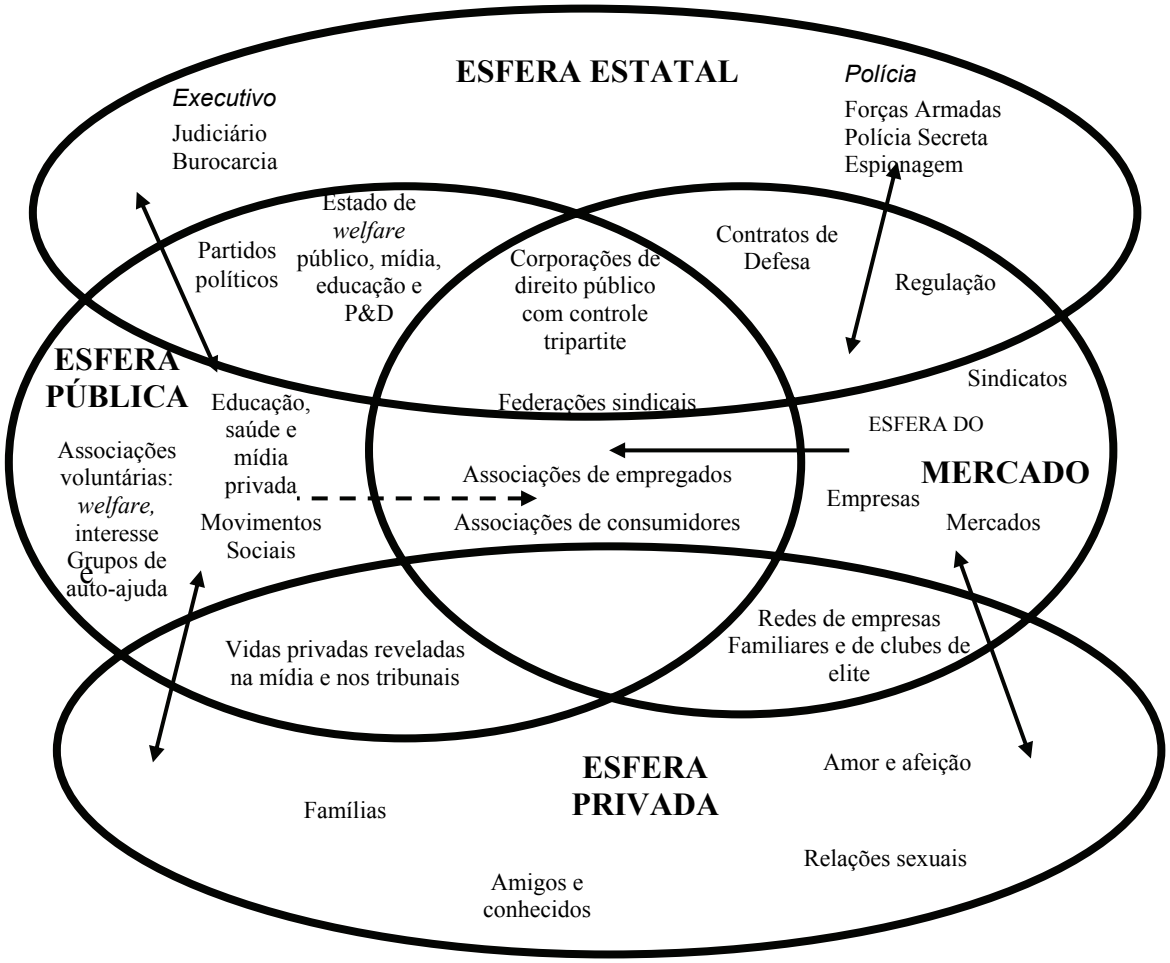
Para vários autores, a ampliação da cidadania e a cultura política desenvolvida em cada realidade social exigiriam uma ampliação da esfera pública, entendida como espaço privilegiado do exercício de direitos e deveres (RIBEIRO, 2000), da racionalidade comunicativa, do pluralismo democrático**,** das virtudes comunitárias e da democracia participativa. A sociedade civil e suas organizações seriam o lócus central dessa ampliação da esfera pública, da cidadania e do avanço na provisão de políticas, programas e projetos sociais (Vieira, 2001), conforme argumenta Tenório (2002) em clara alusão à perspectiva habermasiana de estudos sobre sociedade civil: "O *terceiro setor* deve atuar numa perspectiva dialógica, comunicativa, na qual suas ações devem ser implementadas por meio da intersubjetividade racional dos diferentes sujeitos sociais a partir de *esferas públicas* em espaços organizados da *sociedade civil*, a fim de fortalecer o exercício da *cidadania deliberativa"*. (Tenório, 1999, p.18)

Essas são questões centrais na discussão sobre a construção de articulações entre atores de mercado, do Estado e da sociedade civil na provisão de políticas sociais, sob pena de se insular a discussão nas estratégias e ferramentas gerenciais capazes de fomentar essas práticas colaborativas, característica de grande parte da literatura sobre parcerias em projetos sociais, levando a uma verdadeira "eugenia analítica". Essa perspectiva assumiria implicitamente e, em muitos casos explicitamente, que as articulações colaborativas entre as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil, *per si*, fazem avançar a provisão de políticas sociais e transformam positivamente a cultura política em direção a um exercício avançado da cidadania. Por outro lado, a discussão sobre as promessas, embates, contradições e ambigüidades presentes na construção da esfera pública e na noção de direitos e cidadania pode melhor problematizar o fenômeno dessas interações entre Estado, mercado e sociedade civil e permitir uma discussão para além do tecnicismo gerencial de projetos sociais. Essa possibilidade de análise permitiria compreender se as promessas de uma sociedade mais cidadã avançam ou não ao compasso da melhoria (ou não) da provisão de políticas e serviços sociais através de Parcerias Tri-Setoriais.

Shafir (1998) identifica várias narrativas teóricas que dialogam com as discussões sobre cidadania, tendo cada uma delas pressupostos e concepções sobre a esfera pública, do Estado e do mercado. Às discussões sobre a vida na polis grega, somam-se as visões liberal,

comunitarista, social-democrata e nacionalista, além das críticas contemporâneas associadas ao multiculturalismo e ao feminismo. Conforme aponta Seligman (1993), por detrás das narrativas acerca da sociedade civil encontram-se pressupostos sobre a racionalidade dos atores sociais e os fundamentos éticos e morais que levariam à "vida cívica plena", como diriam os gregos.

Não negar a relevância dos atores, mas não ser resumir a ela. Trabalhar com os pontos de interface, portanto, distanciando-se da noção weberiana de indepedência do Estado em relação à sociedade, que levaria a seu insulamento, bem como não perder de vista que trajetórias históricas da cidadania dialogam com o Estado, mas não se resumem a ela em sua complexidade. Analisar Parcerias Tri-Setoriais em toda a sua complexidade exigiria se caminhar para modelos de análise que permitam operar para além da visões estadocêntrica, sociocêntricas e mercadocêntricas. Pelo contrário, ao se assumir as três visões simultâneamente e não se resumir a nenhuma delas, pode levar a se compreender os fluxos, processos, ações e representações que se constroem nos interstícios das esferas, nos quais o público, o estatal, o mercado e a esfera privada são misturam e se resconstróem, ora como mais público, ora como mais estado, mercado ou mesmo vida privada. A discussão de Janoski (1998) parece indicar caminhos relevantes para essa empreitada.



Esquema 2 - Diagrama Conceitual das Esferas Sociais segundo Janoski (1998)

Fonte: Extraído de Vieira (2001, p. 66).

O modelo explicativo das esferas da sociedade desenvolvido Janoski (1998) e discutido por Vieira (2001), permite que se amplie o poder explicativo das complexas relações entre mercado, Estado e sociedade civil na provisão de políticas sociais. Para Vieira (2001), o elemento mais relevante nesse quadro conceitual, bem como o de maior dificuldade de identificação é justamente a esfera pública, visto que engloba uma miríade de organizações com características diferenciadas. Apesar disso, o autor detecta cinco tipos de organizações na esfera pública: - partidos políticos, que apesar de manterem relação com o Estado, não são submetidos ao ente governamental em regimes democráticos; - grupos de interesse, cujo papel central é a influência sobre a sociedade e o legislativo de acordo com os interesses de seus respectivos grupos; - associações de bem-estar social, tais como escolas, hospitais e instituições assistenciais, que visam a promoção de serviços de bem-estar social; - movimentos sociais, que utilizariam métodos mais informais de influência sobre a formação de agendas públicas, tais como boicotes, protestos e manifestações; - grupos religiosos, que se inscreveriam nos limites da esfera pública com a privada, exceto quando tentam influenciar em processos de formação de consensos sociais ou no âmbito do Estado a favor de suas crenças.

A perspectiva de Janoski (1998) concebe essas esferas não como independentes ou isoladas, mas sim interdependentes e justapostas. Essa concepção, contrária à perspectiva habermasiana que enxerga essas esferas como separadas, assume interstícios e conjunções entre o Estado, a sociedade civil, o mercado e a vida privada, permitindo também uma visão das dinâmicas de interação entre os atores. Para Janoski (1988, p.12), "this overlap is crucial to a theory of civil society".

Segundo Vieira (2001), esse quadro conceitual seria relevante não apenas para o desenvolvimento de uma teoria sobre a sociedade civil, mas também permitiria a comparação entre diferentes realidades em um mesmo período de tempo ou ao longo de uma trajetória temporal. "A extensão da justaposição e o tamanho da cada esfera constituem elementos comparativos entre diversas sociedades" (Vieira, 2001, p. 68).

Nesta perspectiva, além de não se assumir identidades e papéis únicos entre os atores que compõem as esferas sociais, pode-se assumir também múltiplas racionalidades construídas e operantes em cada campo, tendo como base a vida em sociedade. Outro aspecto relevante é que se pode compreender até que ponto as quatro esferas se ampliam em detrimento das outras, superpõem ou se excluem mutuamente, fornecendo uma base analítica relevante para o estudo das interações entre organizações governamentais, da sociedade civil e empresas, visto que engloba diferentes formatos organizacionais e de movimentos sociais e não pressupõe racionalidades únicas e excludentes, mas descortina com maior propriedade ambigüidades, contradições e dilemas dos atores em cada esfera ou nas suas áreas de conexão e interseção.

Para Vieira (2001), através de uma perspectiva de *"checks and balances,* ou pesos e contrapesos, entre as quatro esferas (p.69)*"*, o modelo proposto por Janoski (1998) permitiria entender as relações de poder e controle entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado. Cabe destacar também que esse modelo não fornece uma visão idealizada do que seria a composição desejável das esferas da vida em sociedade, ora projetada como mais Estado, mercado, esfera pública ou privada, ainda que permita a análise de diferentes correntes que discutem as relações entre Estado, sociedade civil e mercado. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que a esfera pública não abrigaria apenas movimentos, atores e organizações democráticas, como determinadas correntes de interpretação supõem, notadamente a perspectiva comunitarista (Janoski, 1998). Podem se inserir na esfera pública desde movimentos avessos à democracia, como por exemplo neonazistas e racistas, além de organizações privadas que "pretendem moldar a opinião pública ou influenciar a produção legislativa em função de seus interesses (...) ou quando ameaçam o bem-estar das

comunidades ou das sociedades. (....) Evidentemente, o limite entre as esferas privadas e pública constitui matéria contenciosa." (Vieira, 2001, p. 68). Assim, ao abrigar diferentes grupos de atores institucionais e na qualidade de indivíduos, assumindo fronteiras fluídas e voláteis entre as esferas, marcadas pela superposição, o modelo proposto por Janoski (1998) parece oferecer uma capacidade explicativa mais ampla e melhor para os fenômenos que caracterizariam o encontro de atores do Estado, do mercado e da sociedade civil na construção de Parcerias Tri-Setoriais.

A incorporação da esfera privada pode abrir chaves-explicativas relevantes para diferentes ações e movimentos que compõem o amplo leque das relações de colaboração entre atores Estatais, da sociedade civil e do mercado, visto que não só se encontram indivíduos com visibilidade pública, sobretudo no imaginário e nas práticas empresariais, tidos como responsáveis pelo avanço da agenda de responsabilidade social, mas também porque várias das lutas pela ampliação da democracia, variável considerada central na provisão de políticas sociais, remetem à garantia de direitos individuais e se conectam com essas lutas, tais quais as noções de liberdades e capacidades defendidas por Sen (2000). Além disso, como defendem Riechman & Buey (1994), alguns dos dilemas da modernização da provisão de políticas sociais e a ampliação da cidadania residem sobretudo no embate entre modelos de combate aos problemas sociais baseados na esfera pública e na esfera do mercado.

A partir dessa perspectiva de compreensão das esferas da sociedade pode-se entender melhor também como se processam as tentativas de envolvimento dos indivíduos e das organizações da esfera estatal, pública e de mercado na construção de relações colaborativas entre as três esferas. Como visto anteriormente, esse é um dos elementos centrais para novas formas de desenvolvimento mais consistentes em termos de aprimoramento da provisão de políticas sociais e da ampliação da cidadania. Mas longe de fornecer caminhos lineares e desejáveis, como a defesa necessária, mas muitas vezes incondicional da aproximação colaborativa entre os atores das esferas estatal, da sociedade civil e do mercado parece pressupor, apresentam-se avanços e ciladas e armadilhas, que evidenciam a complexidade da construção das Parcerias Tri-Setoriais.

Sob essa perspectiva, não cabe entender os fenômenos e configurações dos mercados e do capitalismo contemporâneo sem se recorrer aos desdobramentos recíprocos no campo das sociabilidades e da articulação política entre os atores da sociedade. Para Beck (1997), umas das transformações centrais das últimas décadas seriam o papel central que a noção de risco passa a assumir na sociedade, compondo a chamada "Modernização Reflexiva". Segundo Sennett (2006) e Bauman (1999), a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social vão gradativamente desaparecendo não só políticas públicas no campo social, mas também discursos e formas de sociabilidade pautadas na previsibilidade para diferentes segmentos da sociedade. Em seu lugar estabelecem-se dinâmicas econômicas e de interação social nas quais a incerteza e a imprevisibilidade assumem lugar central. Isso se manifesta com destaque nas relações de trabalho, ou seja, no mercado de trabalho, mas não se circunscreve a esse espaço, atingindo diferentes campos da vida em sociedade. Os problemas sociais e todas as ameaças à qualidade de vida também se somam ao rol das incertezas que pautariam a sociabilidade contemporânea, resultando em um mosaico complexo de uma verdadeira "sociedade de risco" (Jacobi, 2005; Guivant, 2003).

Considerações Finais

Essa perspectiva denota a urgência de se romper a dicotomia entre técnica e política, tão cara aos modelos tradicionais de pensamento econômico, e enxergar os entrelaçamentos entre as agendas políticas e econômicas não só como esferas que se cruzam ou se encontram, mas como um mesmo campo da vida em sociedade. "O crescimento dos riscos revela os limites da racionalidade tecnocientífica e a necessidade de uma racionalidade social e ética, se

quisermos que o futuro não seja moldado por cegos. Essa escalada dos riscos dá igualmente uma dimensão política a campos considerados apolíticos até algum tempo atrás (...)" (Lévesque, 2007, p. 50).

As novas orientações de governo que geraram a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social estão associadas à ascensão do ideário neoliberal como pensamento dominante no campo econômico, mas segundo Cohen & Arato (1994), os princípios neoliberais, que denominam de "neocorporativistas" não se resumem a novas formas de gestão macroeconômica, mas abrangem também novas racionalidades políticas, modelos de democracia e referências paras interações entre as esferas governamental, do mercado e da sociedade. Conjuntamente com a defesa, na maioria das vezes extremada, do Estado como simples regulador das atividades econômicas e das virtudes do equilíbrio macroeconômico advindo do livre mercado, a sociedade civil passa a ser concebida como tendo um papel peculiar nesse modelo. Da mesma forma que a livre competição estruturaria a dinâmica dos mercados, as relações sociais seriam pautadas pela competição política por recursos materiais e simbólicos entre diferentes atores, resultando em uma balança de poder vista como desejável e vital para a consolidação dos procedimentos e instituições tradicionais da democracia representativa (Mieglievich & Coutinho, 2007; Cohen & Arato, 1994).

No entanto, essa concepção de sociedade civil e dos grupos que se organizam no seu âmbito, inclusive as organizações não-governamentais, é contestada por outras correntes teóricas, que ora enxergam nos movimentos sociais novas formas de democracia, para além dos procedimentos representativos tradicionais (Santos, 2000), ora denunciam o caráter de verdadeiro "amortecedor" dos problemas sociais presente nas iniciativas oriundas da sociedade civil, que estariam submetidas a uma lógica dominante e perversa pautada em um estado mínimo desonerado de responsabilidades com o bem público e na expansão da lógica competitiva capitalista para outras esferas da vida em sociedade (Arrellano-López & Petras, 1998). Para autores como Montaño (2002) e Paula (1997), Terceiro Setor e Organizações Não-Governamentais (ONG's) são neologismos surgidos na esteira do processo de expansão da lógica neoliberal de condução dos governos das economias capitalistas centrais. Por detrás da discussão, cada vez mais intensa, sobre a importância das ONGs, estaria implícita a idéia de que os problemas sociais deveriam ser resolvidos a partir da lógica do mercado, ou melhor, do encontro e da ação dos diversos atores no espaço das trocas econômicas, cabendo ao Estado um papel restrito à regulação desta esfera.

Como destaca Levésque (2007, p. 50), "tudo se passa como se neoliberalismo sem querer tivesse contribuído para a reabilitação da sociedade civil, sem eliminar no entanto a necessidade de instâncias governamentais de regulação". Para o autor, a crise que se instaura a partir de 1975 e culmina com a ascensão do ideário neoliberal não se inscreve somente no Estado, mas remete fundamentalmente à díade Estado-mercado. Independentemente do papel da sociedade civil ser interpretado como emancipatório e promotor de uma sociedade igualitária e democrática ou como de reedição do liberalismo político e econômico como forma de organização das sociedades, uma constatação parece ser evidente, a centralidade que as manifestações da esfera pública e da sociedade organizada assumem no contexto atual. "Enfim, se díade Estado-mercado havia relegado a sociedade civil ao segundo plano em favor da solidariedade abstrata da redistribuição realizada pelo Estado, as novas regulações e as novas formas de governança que lhe são associadas apóiam-se doravante na sociedade civil, no engajamento cidadão e nos stakeholders." (Lévesque, 2007, p. 51).

Sen (2000) destaca a pluralidade de atores das esferas do Estado, mercado e sociedade civil e suas diferentes articulações como elementos necessários para a promoção do desenvolvimento sustentável: "(...) existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de

comunicação, etc. Essas instituições podem incorporar iniciativas privadas além de disposições públicas, bem como estruturas mais mescladas, como organizações não-governamentais e entidades cooperativas." (p. 71) Mas se a centralidade sobre a relevância da sociedade civil parece inquestionável, o entendimento sobre os atores organizados que a compõem não é tão evidente e desperta vários debates, vinculados também a uma discussão sobre racionalidades e, sobretudo, aos seus papéis na construção de relações entre Estado, mercado e sociedade civil na provisão de políticas sociais.

Referências Bibliográficas

Abramovay, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: **Tempo Social**, vol. 16, no. 2, nov. 2004, pp. 1-19.

Arretche, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p.1-26, 1996.

Arretche, M. T. S. Emergência e desenvolvimento do *Wellfare State*: teorias explicativas. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, no. 39, 1º. semestre de 1995, pp. 3-40.

Avritzer, L. O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: Dagnino, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz & Terra, 1992, pp. 17-45.

Azevedo, S.; Prates, A. A. P. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Ed. Revista dos Trinunais, pp. 122-152, 1991.

Boschi, R. R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. In: **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 42, no.4, pp. 655-690, p.683, 1999.

Carvalho, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Carvalho, M. C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. In: Polis Papers, no. 2, 1998.

Chianca, T.; Marino, E.; Schiezari, L. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001.

Cohen, J. L.; Arato, A. **Civil Society and Political Theory.** New Baskerville, USA: MIT Press, 1994.

Coston, J. M. A model and typology of government-NGO Relationships. In: **Nonprofit and Voluntary Sector Quaterly**, 27, no. 3, September 1998, pp. 358-382.

Diniz, E. Governabilidade, *governance* e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma, **Revista do Serviço Público**, Ano47, vol.120, n.2, maio-agosto de 1996.

Diniz, E. Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma? In: **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 1, no. 4, pp. 21-26, 1982.

Landim, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: In: Haddad, S. (org.) **ONGs e universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Peirópolis, pp. 17-50, 2002.

Marshall, T. H. Citizenship and Social Class. In: Marshall, T. H.; Bottomore, T. **Citizenship and Social Class**. London: Pluto Press, 1992, pp. 1 – 51.

Montaño, C. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

Morales, C. A. (1999) Provisão de serviços sociais através de organizações públicas não-estatais: aspectos gerais. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (orgs.) **O público não-estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 51-86.

Najam, A. The Four C´s of Third Sector–Government Relations: cooperation, confrontation, complementarity and co-operation. In: **Nonprofit Management and Leadership**, vol 10, nº4, 2000. p. 375-396.

Najam, A. NGO Accountability: a conceptual framework. In: **Development Policy Review**, vol. 14, 1996, pp. 339-353.
Nunes, E. **A gramática política do Brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.
Oliveira, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs de democratização? In: HADDAD, S. (org.) **ONGs e universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; Peirópolis, pp. 51-62, 2002.
Ospina, S.; Saz-Carranza, A. Paradox and Collaboration in Coalition Work. In: **Proceedings of 2005 Annual Meeting of Academy of Management**, Honolulu, Hawaii, USA: Academy of Management, August 5-10, 2005, pp. 1-55.
Pereira, L. C. B.; Grau, N. C. (1999) Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: Pereira, L. C. B.; Grau, N. C. (orgs.) **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editoria Fundação Getúlio Vargas, pp. 15-48.
Prefontaine, L.; Ricard, L.; Sicotte, H.; Turcotte, D.; Dawes, S. S. **New Models of Collaboration for Public Service Delivery:** Worldwide Trends, 2000.
Putnam, R. D. et al **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
Ribeiro, R. J. Democracia versus república – a questão do desejo nas lutas sociais. In: Bignotto, N. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, pp. 13-25.
Riechmann, J.; Buey, F. F. **Redes que dan libertad:** introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Paidós Iberica, 1994.
Rifkin, J. **O fim dos empregos -** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron *Books*, 1995.
Rondinelli, D. A.; London, T. How corporations and environmental groups cooperate: assessing cross-sector alliances and collaborations. In: **Academy of Management Executive**, 2003, vol. 17, no. 1, pp. 61-76.
Santos, B. S. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
Shafir, G. Introduction: the evolving tradition of citizenship. In: Shafir, G. (ed.) **The citizenship debate:** a reader. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, pp. 1-28.
Selsky, J. W.; Parker, B. Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. In: **Journal of Management**, 2005; 31; 849.
Seligman, A. B. The Fragile Ethical Vision of Civil Society. In: Turner, B. **Citizenship and Social Theory**. London: SAGE Publications, 1993, pp. 139-161.
Teixeira, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: Dagnino, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz & Terra, pp. 105-142, 2002.
Tenório, F. G. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
Vernis, A.; Iglesias, M.; Sanz And, B.; Saz-Carranza, À. **Nonprofit Organizations – Challenges and Collaboration.** Cap. 2-3, p.30-80, 2007.
Vieira, L. **Os argonautas da cidadania –** a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.